



## PODER

# Governo prepara cerco contra redes sociais

Em reunião com ministros, presidente Lula decide criar proposta para regulamentação das big techs e enviá-la ao Congresso na abertura do ano legislativo, em fevereiro. Medida é reação à decisão da Meta de encerrar a checagem de fatos em suas plataformas

» VICTOR CORREIA

O governo federal prepara um cerco às redes sociais, após mudanças anunciadas pela Meta em sua moderação de conteúdo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu, em reunião com ministros ontem, criar uma nova proposta para regulamentação das plataformas e enviá-la ao Congresso na abertura do ano legislativo, em fevereiro.

Lula autorizou a criação de um grupo de trabalho para tratar do tema e redigir a proposta. Segundo o ministro da Casa Civil, Rui Costa, o governo não descarta trabalhar em cima de textos que tramitam no Congresso Nacional, como o engavetado Projeto de Lei (PL) das Fake News.

“Assim que o Legislativo voltar, na reabertura dos trabalhos legislativos, nós vamos estar já com a proposta finalizada. Nós queremos atuar rapidamente, em poucos dias, até porque já tem um acúmulo de meses de discussão sobre isso”, declarou o ministro em entrevista coletiva.

Questionado sobre qual será o formato da proposta — se projeto de lei ou medida provisória, por exemplo — Rui Costa não detalhou. “Vamos procurar os líderes e os presidentes das duas Casas para dialogar sobre qual é o melhor formato (para a proposta)”, acrescentou. O ministro admitiu também a possibilidade de o governo trabalhar em textos que estão em tramitação.

O PL 2.630/2020, conhecido como PL das Fake News, foi apreciado pelo Congresso em 2023. Sofreu, porém, forte resistência das big techs. A própria Meta, assim como o Google, encabeçaram uma campanha contra o texto. O Google até incluiu em sua página inicial de buscas um link para texto, acusando o projeto de prejudicar o combate à disseminação de mentiras. Outra plataforma, o Telegram, usou seu aplicativo para enviar

Ricardo Stuckert/PR



O presidente Lula na reunião com ministros no Palácio do Planalto: chefe do Executivo autorizou a criação de um grupo de trabalho para tratar do tema e redigir um projeto

mensagens em massa a todos os usuários com informações falsas sobre o projeto de lei.

Após o encontro, Lula comentou no X (antigo Twitter) que “as mudanças na política de checagem de fatos e notícias falsas podem afetar crianças, adolescentes e mulheres, por exemplo”. “Todas as empresas que atuam no país precisam respeitar a legislação e a jurisdição brasileiras”, enfatizou.

O grupo de trabalho será composto pela Advocacia-Geral da União (AGU), pela Controladoria-Geral da União (CGU), pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) e pela Secretaria de Relações Institucionais (SRI), entre outros órgãos do governo.

Até o momento, não há definição sobre quais medidas

concretas o governo federal defende na regulamentação das redes. Em linhas gerais, porém, o objetivo é equiparar as regras e punições entre quem comete crimes na “vida real” e no ambiente digital.

A reunião de ontem foi convocada por Lula após a Meta, empresa dona das plataformas Instagram, Facebook e WhatsApp, anunciar mudanças profundas em sua política de moderação de conteúdo. Um dos recursos que serão removidos é a checagem de fatos por agências especializadas, substituída por um sistema de “notas da comunidade”, em que qualquer usuário pode contestar a veracidade de uma publicação.

Além disso, a empresa já cortou medidas que protegiam



**Assim que o Legislativo voltar, na reabertura dos trabalhos legislativos, nós vamos estar já com a proposta finalizada. Nós queremos atuar rapidamente, em poucos dias, até porque já tem um acúmulo de meses de discussão sobre isso”**

**Rui Costa,**  
ministro da Casa Civil

comunidades vulneráveis. Uma das mudanças removeu foi a proibição de classificar pessoas LGBTQIA+ como “doentes mentais”. Outra decisão revogou a proibição de chamar mulheres de “objetos domésticos”. Na prática, a Meta voltou a permitir a circulação de conteúdos de ódio.

Rui Costa criticou a atitude da empresa. “Impacta as crianças, quando se fala de conteúdo impróprio. Tráfico de crianças. Impacta a segurança pública, quando se trata de informações que dizem respeito à segurança das pessoas, tráfico humano, e outros crimes”, comentou.

Ele reforçou o recado do chefe do Executivo de que o país não vai aceitar que empresas violem a legislação brasileira. “O presidente foi claro, na reunião, ao

dizer que não abrirá mão da soberania do país. Toda e qualquer empresa, nacional e multinacional, grupo de comunicação nacional ou internacional, terá que respeitar o arcabouço legal brasileiro e terá de respeitar a Justiça brasileira”, enfatizou.

Participaram do encontro, também, o ministro das Comunicações, Juscelino Filho; o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias; o futuro ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Sidônio Palmeira; o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan; entre outras autoridades do Executivo.

Também ontem, a AGU fixou prazo de 72 horas para que Meta explique que mudanças impactarão o Brasil (**leia reportagem na página ao lado**).

## Apoio europeu contra fake news

Além de medidas internas a respeito das redes sociais, o governo federal busca apoio de países da União Europeia, que estão entre os maiores defensores da regulamentação das redes sociais. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, ontem, um telefonema do presidente da França, Emmanuel Macron. Na conversa, ambos admitiram que Brasil e Europa devem agir juntos no combate à desinformação.

“Eles concordaram que liberdade de expressão não significa liberdade de espalhar mentiras, preconceitos e ofensas”, disse nota emitida pelo Planalto sobre a ligação entre os chefes de Estado. “Ambos consideraram positivo que Brasil e Europa sigam trabalhando juntos para impedir que a disseminação de fake news coloque em risco a soberania dos países, a democracia e os direitos fundamentais de seus cidadãos”, acrescentou.

Lula elogiou a postura do governo francês após o anúncio da

Meta. A gestão de Macron afirmou que permanecerá vigilante para que a empresa e todas as outras plataformas sigam a regulamentação europeia. Macron, por sua vez, reforçou o convite para que o petista visite a França em junho e compareça à Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos.

Em paralelo, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, que está em Paris, reuniu-se, ontem, com seu homólogo francês, Gérald Darmanin, para tratar da cooperação entre Brasil e França no combate à desinformação.

Na quarta-feira, a França expressou sua preocupação diante da decisão da Meta de suspender seu programa de checagem de fatos. “A liberdade de expressão, direito fundamental protegido na França e na Europa, não pode ser confundida com um direito à viralidade que autorizaria a difusão de conteúdos não confirmados (inautênticos) que chegariam

AFF



O presidente francês, Emmanuel Macron, conversou com o chefe de Estado brasileiro por cerca de meia hora

a milhões de usuários sem filtro nem moderação”, afirmou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da França em um comunicado, na ocasião.

“A França se manterá vigilante

para garantir que a Meta e outras plataformas cumpram com suas obrigações de acordo com as legislações europeias, e em particular com a Lei de Serviços Digitais (DSA)”, acrescentou o porta-voz.

De acordo com a França, essas normas são “parte integral do bom funcionamento democrático da UE, e para proteger nossos cidadãos da interferência estrangeira e da manipulação da informação”.

### Memória

## Bloqueio da rede X

O Brasil ganhou protagonismo mundial sobre a questão das plataformas digitais em agosto de 2024, quando o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o bloqueio do acesso à rede X por 40 dias em todo o país por desobedecer as ordens judiciais relacionadas com o combate à desinformação.

Na quarta-feira, no aniversário de dois anos dos ataques golpistas às sedes dos Três Poderes, em Brasília, Moraes alertou que as redes sociais “só continuarão a operar se respeitarem a legislação brasileira, independentemente de bravatas de dirigentes irresponsáveis das big techs”.